

X LEGISLATURA
ACTA Nº 33/X/3ª SL

Aos onze dias do mês de Março de 2008, pelas 16 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Económicos, Inovação e Desenvolvimento Regional, na Sala 9 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta.

Havendo quórum para funcionamento e deliberação, nos termos do nº 5 do artigo 58º do Regimento da Assembleia, o Presidente da Comissão, Sr. Deputado Rui Vieira, iniciou os trabalhos, tendo sido aprovada a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação das **Actas n.º 31 (4 Março) e n.º 32 (5 Março)**
2. Apreciação e votação do **relatório Final da Petição Nº 419/X/3ª – Reclamam que a Assembleia da República se pronuncie no sentido de assegurar que o Autódromo do Estoril continuará a ser equipamento público e seja de imediato suspenso o seu processo de venda.**
3. **Outros Assuntos:**
 - informações
 - expediente

No ponto 1 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação das Actas n.º 31 (4 de Março) e n.º 32 (5 de Março)**, o Sr. Deputado Ventura Leite efectuou uma sugestão de correcção à acta n.º 31, devidamente anotada pelos serviços. De seguida, não havendo mais intervenções por parte dos Srs. Deputados, as actas foram submetidas a votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, verificando-se a ausência dos GP do CDS-PP, PCP, BE e PEV.

No ponto 2 da Ordem do Dia, referente à **Apreciação e votação relatório Final da Petição Nº 419/X/3ª – Reclamam que a Assembleia da República se pronuncie no sentido de assegurar que o Autódromo do Estoril continuará a ser equipamento público e seja de imediato suspenso o seu processo de venda**, a Sra. Deputada Rita Miguel apresentou o relatório, na sequência do enquadramento legislativo constante da Lei n.º 45/2007, referente ao exercício do direito de petição. Não havendo intervenções por parte dos Srs. Deputados, o relatório foi submetido a votação e aprovado por unanimidade, registando-se as ausências dos GP do PCP, BE e PEV.

No ponto 3 da Ordem do dia, relativo aos **Outros Assuntos**, o Sr. Presidente retomou a questão dos Grupos de Trabalho, dando conta das três propostas de GT existentes.

A Sra. Deputada Rosário Águas referiu não ter conhecimento da proposta “GT dos Pequenos Produtores”, tendo o Sr. Presidente referido ser requerido pelo GP do PS para levantamento dos produtos tradicionais. A Sra. Deputada Rosário Águas referiu ser, então, um GT para levantamento dos produtos tradicionais.

O Sr. Deputado Jorge Seguro Sanches usou da palavra para referir que, sendo o PS o partido proponente, propondo a designação de “GT Pequenos Produtores”.

A Sra. Deputada Rosário Águas considerou que a designação do GT deve ser coerente com o teor da proposta efectuada no requerimento.

O Sr. Presidente considerou que a designação não é abusiva, citando passagens do requerimento.

O Sr. Deputado Miguel Ginestal reforçou a posição de que o GP proponente deve propor a designação do GT.

O Sr. Deputado Ventura Leite solicitou um esclarecimento à Mesa sobre o modo de constituição de GT, na sequência do consenso entre os diferentes GP aquando da audiência à AFIA. O Sr. Presidente deu conta que um grupo de Deputados deve tomar a iniciativa, podendo o próprio Sr. Deputado Ventura Leite encabeçar a proposta.

O Sr. Deputado Hugo Velosa recordou que o GP do PSD votara contra o requerimento pelo seu teor, recordando o último parágrafo do texto.

O Sr. Deputado José Seguro Sanches recordou que a iniciativa é do PS, referiu um extracto do requerimento justificativo do nome proposto para o GT e considerou que, na falta de consenso, a iniciativa cabe ao proponente.

O Sr. Deputado Hugo Velosa considerou tratar-se de uma questão de rigor e não apenas de conteúdo, referindo ainda que caso se avançar com essa designação, o GP do PSD poderá decidir não participar, apresentando igualmente um voto de protesto para registo na acta.

O Sr. Presidente referiu diversos trechos do requerimento, em particular na sua parte substancial, sugerindo ao GP do PS a apresentação à mesa de uma adenda ao requerimento, com explicitação da designação do GT. De seguida, para efeitos da Coordenação dos GT, deu conta das deliberações ocorridas em sede da Conferência de Presidentes de Comissões, bem como das disposições regimentais a aplicar por analogia.

A Sra. Deputada Rosário Águas recordou que já tinha sido feita, pelo Sr. Presidente, a recordatória das deliberações e disposições regimentais sobre a matéria. Deu conta que o GP do PSD entende que deve ser aplicado aos GT, analogamente, o disposto no Regimento em matéria de subcomissões, conforme o disposto em sede de Conferência de Presidentes de Comissões. Recordou, ainda, ter o Sr. Presidente concordado com essa metodologia.

O Sr. Deputado Ventura Leite sugeriu que fosse o GP proponente a coordenar o GT.

O Sr. Deputado Jorge Seguro sugeriu que, não havendo regra anterior à reforma do Parlamento, os dois GT transitados desse período continuassem com a mesma equipa e coordenação, de modo a assegurar o pleno funcionamento e desenvolvimento das actividades previstas. Quanto aos novos GT, propõe que a coordenação seja feita de acordo com as deliberações referidas.

O Sr. Deputado Helder Amaral considerou não fazer sentido fazer repescagem de GT de sessões legislativas anteriores e distribuir os novos GT segundo as regras estabelecidas após a reforma do Parlamento.

A Sra. Deputada Rosário Águas concordou com a intervenção anterior, discordando, por seu turno, com a proposta do Sr. Deputado Ventura Leite. Quanto à proposta do Sr. Deputado Jorge

Seguro, recordou que com a reforma do Parlamento caíram todas as Comissões, bem como as Subcomissões e Grupos de Trabalho.

O Sr. Presidente recordou que a deliberação da Conferência de Presidentes de Comissões remete, para aplicação por analogia, para o Regimento.

O Sr. Deputado Jorge Seguro considerou ser distinta a posição dos GT prévios e pós-reforma do Parlamento.

O Sr. Deputado Helder Amaral considerou que se o GP do PS faz questão de manter a coordenação dos antigos GT, não se deve recomeçar do zero quanto à coordenação dos novos GT.

A Sra. Deputada Rosário Águas referiu que parece não ter ajudado a pesquisa sobre como têm sido formados os GT nas outras Comissões, reforçando as já existentes interpretações, por parte do PAR, sobre a matéria.

Não havendo qualquer consenso, o Sr. Presidente considerou que esta questão deve ser decidida superiormente.

De seguida, foi analisado o expediente.

O Sr. Presidente deu, ainda, conta do despacho do PAR relativamente à deliberação da CAEIDR sobre a visita de trabalho à Região Autónoma dos Açores.

O Sr. Deputado Helder Amaral deu conta do processo de tramitação da petição de que é relator.

A reunião foi encerrada às 17 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 11 de Março 2008

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Rui Vieira)



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÓMICOS, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nota: Acta aprovada na reunião de 18 de Março de 2008.

Folha de Presenças

Estavam presentes nesta reunião os seguintes Srs. Deputados:

- Agostinho Lopes
- Carlos Poço
- Ceia da Silva
- David Martins
- Helder Amaral
- Hortense Martins
- Jorge Seguro Sanches
- Lúcio Ferreira
- Pedro Nuno Santos
- Rita Miguel
- Rosário Águas
- Rui Vieira
- Ventura Leite
- Fátima Pimenta
- Hugo Nunes
- Joaquim Couto
- Jorge Fão
- Nelson Baltazar
- Teresa Venda

Faltaram os seguintes Srs. Deputados:

- Afonso Candal
- António Almeida Henriques
- Hugo Velosa
- José Miguel Gonçalves
- Luís Fazenda
- Melchior Moreira
- Mendes Bota

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

- Miguel Ginestal